



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Divisão de Gabinete da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Área de Comunicação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

EDITAL Nº 3/2021

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA O PREENCHIMENTO DE 01 (UMA)

VAGA DE ESTÁGIO REMUNERADO DE NÍVEL SUPERIOR E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

O GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, nos termos da Portaria PGFN nº 2614, de 4 de março de 2021, torna pública a abertura de inscrições para vaga de estágio na área de Comunicação Visual.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O processo seletivo destina-se ao preenchimento de 1 (uma) vaga imediata e formação de cadastro de reserva para estágio em Comunicação Visual cujas atividades serão executadas no Gabinete do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, localizado no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 8º Andar, Brasília (DF).

1.2. O cadastro de reserva será composto pelos 2 (dois) primeiros classificados além da vaga imediata.

1.3. O período de validade do processo seletivo é de 1 (um) ano contado da publicação do seu resultado.

2. DAS CONDIÇÕES DO ESTÁGIO

2.1. O estudante deverá estar regularmente matriculado e com frequência efetiva, ainda que à distância, em curso de graduação de Instituição de Ensino Superior oficialmente autorizada ou reconhecida.

2.2. Na data da convocação, o estudante não poderá estar cursando o penúltimo ou o último semestre do curso.

2.3. Na data da convocação, o estudante deve comprovar idade igual ou superior a 16 (dezesseis) anos.

2.4. A carga horária é de 25 (vinte e cinco) horas semanais, distribuídas em jornadas diárias de 5 (cinco) horas, de segunda a sexta-feira, preferencialmente, no horário vespertino ou matutino.

2.5. O valor da bolsa de estágio corresponde a R\$ 1.222,00 (um mil, duzentos e vinte e dois reais). Além da bolsa, o estagiário receberá vale-transporte de R\$ 10,00 (dez reais) por dia útil, o qual será pago em pecúnia, concomitantemente com o pagamento da bolsa de estágio.

2.6. Não será descontado da bolsa de estágio, qualquer valor a título de participação do estagiário no programa de concessão de benefício de auxílio-transporte.

2.7. Serão descontados da bolsa de estágio o valor proporcional relativo a ausências, bem como os valores correspondentes ao auxílio-transporte pago e não utilizado em decorrência dessas.

2.8. Na eventualidade da prestação de serviços remotos (teletrabalho) em decorrência, por exemplo, da pandemia de COVID-19, não será pago o auxílio-transporte.

3. DAS VAGAS

3.1. A seleção visa o preenchimento imediato de 01 (uma) vaga e formação de cadastro de reserva para mais 2 (duas) vagas.

3.2. Havendo desistência do primeiro colocado, o próximo candidato será convocado.

3.3. O cadastro reserva terá o mesmo prazo de validade do processo seletivo, qual seja, 1 (um) ano contado da publicação do seu resultado.

4. DAS VAGAS DESTINADAS AOS NEGROS E ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Fica assegurado às pessoas com deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas a serem oferecidas, devendo a necessidade especial ser comprovada mediante laudo médico específico.

4.2. Considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadra na categoria do art. 4º do Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

4.3. O candidato com deficiência, se classificado, além de figurar na lista de classificação geral, terá seu nome constante na lista específica para pessoas com deficiência.

4.4. Na hipótese de inexistência de candidato com deficiência classificado na seleção, o preenchimento da vaga dar-se-á pelo próximo candidato da classificação geral, observada a ordem de classificação no processo seletivo.

4.5. Fica assegurado aos negros o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas a serem oferecidas, devendo o candidato, no ato da inscrição, se alto declarar negro ou pardo, nos termos do art. 2º, do decreto n. 9.427, de 28 de junho de 2018.

4.6. O candidato negro, se classificado, além de figurar na lista de classificação geral, terá seu nome constante na lista específica para negros.

4.7. Na hipótese de inexistência de candidatos negros classificados na seleção, o preenchimento da vaga dar-se-á pelo próximo candidato da classificação geral, observada a ordem da classificação no processo seletivo.

4.8. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo e, se houver sido selecionado ou contratado, será imediatamente desligado do programa de estágio, sem prejuízo da adoção de outras providências eventualmente cabíveis.

4.9. Os candidatos negros e os candidatos com deficiência participarão do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1. A inscrição para concorrer ao processo seletivo é gratuita e ocorrerá entre os dias 19 de novembro de 2021 a 28 de novembro de 2021, mediante preenchimento do formulário de inscrição.

5.2. Serão consideradas válidas as solicitações recebidas até as 23 horas e 59 minutos do último dia de inscrição, previsto no item 5.1 (anterior), na forma estabelecida por este edital.

5.3. As inscrições serão realizadas por formulário de inscrição disponível no [link](#) e deverá ser corretamente preenchido, instruído com a documentação a que se refere o item 5.4.

5.4. O formulário de inscrição deve estar acompanhado de cópias dos seguintes documentos, digitalizados no formato PDF:

I - Cópia da carteira de identidade e CPF;

II - Curriculum Vitae atualizado;

III- Comprovante de matrícula atualizado ou declaração de vínculo com a Instituição de Ensino Superior;

IV- Portfólio profissional com até 5 (cinco) peças de comunicação visual, incluindo projetos em linguagem web (HTML, CSS, JAVA, etc);

V- Auto-declaração Étnico-Racial deverá ser preenchida e assinada, conforme modelo constante no Anexo I deste edital, caso queira concorrer às vagas reservadas para candidatos negros, em cumprimento ao disposto no decreto n. 9.427, de 28 de junho de 2018.

VI- Laudo Médico original, expedido há no máximo 90 (noventa dias) antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível da necessidade especial, com expressa referência ao código correspondente da classificação internacional das doenças – CID, bem como a provável causa da necessidade especial, caso queira concorrer às vagas reservadas a candidatos com deficiência, em cumprimento ao disposto na lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, e no decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto n. 5.296, de dezembro de 2004.

5.5. Em hipótese alguma será aceita a inscrição condicional ou fora do prazo estipulado.

5.6. São de responsabilidade do candidato o correto preenchimento do formulário de inscrição, a digitalização adequada e legível dos documentos e seu envio por meio do link mencionado no item 5.3, bem como a digitalização dos documentos a serem solicitados no ato da contratação do candidato convocado.

5.7. Será considerado não inscrito o candidato que preencher erroneamente o formulário de inscrição, e/ou deixar de juntar documentos exigidos, ou fazê-lo de forma inadequada e/ou deixar de enviá-la corretamente ao endereço eletrônico fornecido.

5.8. Não podem concorrer os estudantes que estejam cursando o penúltimo e último semestre do curso, considerando-se que o contrato de estágio será assinado pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses.

6. DOS PROCEDIMENTOS E ETAPAS DA SELEÇÃO

6.1. O processo seletivo será realizado sob a responsabilidade de uma comissão de seleção, composta por 02 (dois) servidores lotados no Gabinete do Procurador-Geral da Fazenda Nacional. A seleção será composta das seguintes etapas: Análise do Histórico Escolar, Análise do Portfólio Profissional e Entrevista.

6.2. A seleção compreenderá as seguintes etapas:

6.2.1. Primeira etapa - Classificatória - Análise, pela comissão de seleção, do Histórico

Escolar entregue pelo estudante, adotando o critério de maior média aritmética das notas obtidas nos 02 (dois) últimos semestres ou do último ano letivo, para a elaboração da lista de classificação para próxima fase do processo seletivo;

6.2.1.1. Em caso de empate na classificação, o desempate será feito pelos seguintes critérios:

I - estudante mais adiantado no curso;

II - estudante de maior idade.

6.2.2. Segunda etapa - Eliminatória e Classificatória - Análise, pela comissão de seleção, do Portfólio Profissional do candidato;

6.2.3. Terceira etapa - Final - entrevista online com os 5 (cinco) melhores colocados da 2ª etapa, oportunidade em que será aplicada uma situação-problema para resolução pelos candidatos.

6.2.3.1. A entrevista tem por objetivo analisar a adequação do candidato às atividades a serem desempenhadas no Gabinete e será feita pelos supervisores.

6.3. Os candidatos aprovados nas duas etapas (análise de portfólio profissional e entrevista) comporão a lista de aprovados e serão convocados conforme conveniência e oportunidade do Gabinete.

6.4. O resultado final será publicado na data provável de 30/12/2021 e poderá ser acessado na página da internet da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), no seguinte endereço: <https://www.gov.br/pgfn/ptbr/assuntos/programa-de-estagio/abertura-de-selecao-e-resultados>.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. A inscrição e a aprovação no Processo Seletivo não geram direito à contratação, mas esta, quando se fizer, respeitará os critérios estabelecidos por este Edital, em especial, da ordem de classificação no ato de preenchimento das vagas.

7.2. A duração do estágio obedecerá ao período mínimo de 6 (seis) meses e, nos termos do art. 11, da Lei 11.788, de 25/09/2008, não ultrapassará 2 (dois) anos.

7.3. A contratação dos estudantes inscrito fica condicionada a existência de vagas e a conveniência e oportunidade do Gabinete do Procurador-Geral da Fazenda Nacional.

7.4. O candidato deverá manter atualizados seus telefones e e-mail, durante o prazo de validade do processo seletivo, comunicando qualquer alteração através do endereço eletrônico: comunicacao.pgfn@pgfn.gov.br.

7.5. O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de sua convocação, para se manifestar a respeito do interesse em preencher a vaga. Caso não se manifeste no referido período, será eliminado do certame.

7.6. Para efetivação da contratação, o estudante convocado deverá apresentar os documentos necessários os quais serão informados na oportunidade da sua convocação.

7.7. Será contratado seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário na forma do inciso IV do art. 9 da Lei 11.788/2008.

7.8. Caso o estágio seja realizado no regime de teletrabalho, não será fornecido pela Administração, ficando, portanto, a cargo do estagiário, nenhum equipamento necessário ao exercício das funções a exemplo de computadores, notebooks, smartphones, etc.

7.9. O pagamento da bolsa será suspenso a partir da data do desligamento do estagiário, qualquer que seja a causa.

7.10. O estágio não gera vínculo empregatício de qualquer natureza, nos termos da legislação vigente.

7.11. Os casos omissos serão resolvidos em caráter irrecorrível pelo Chefe de Gabinete, devendo quaisquer consultas ou questionamentos ser enviados ao endereço eletrônico: comunicacao.pgfn@pgfn.gov.br.

ANEXO I

AUTODECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Para os fins do disposto no Decreto no 9.427/2018, publicado no DOU de 29/06/2018, que determina a reserva de 30% das vagas de estágio na administração pública direta, autárquica e fundacional para os negros, eu, _____, titular do RG no _____, expedido em ___/___/___, pelo Órgão Expedidor, inscrito no CPF sob no _____, AUTODECLARO, sob

penas da lei, que sou () Preto () Pardo () Branco () Outros/especificar, estando ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções prescritas no art. 299 do Código Penal e às demais cominações legais aplicáveis.

Brasília (DF), __ de novembro de 2021.

Assinatura

Documento assinado eletronicamente

DIOGO DOMÍNICI SORIANO

Chefe de Gabinete da PGFN



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Dominici Soriano, Chefe de Gabinete**, em 18/11/2021, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **20374055** e o código CRC **2297EE33**.

Referência: Processo nº 10951.108012/2021-29.

SEI nº 20374055